

SERÁ DESTA VEZ DIFERENTE?



**Moçambique
adota estratégia
de longo prazo para
desenvolver o país**

**Agricultura e meio
ambiente ganham
protagonismo na nova
visão nacional**

**Recuperar a terra,
reflorestar o futuro:
metas ambiciosas ou
miragem?**

WILL THIS TIME BE DIFFERENT?

**Mozambique adopts
a long-term strategy
to develop the country**

**Agriculture and
environment take center
stage in the new
national vision**

**Restore the land,
reforest the future:
ambitious goals
or a mirage?**



Se é **Agro** ou **Ambiental**

Somos seu parceiro de
comunicação

Contacte-nos

comercial@revistaterra.co.mz

www.revistaterra.co.mz

+258 863233900



ÍNDICE

07

Agricultura e Ambiente: Para Onde o ENDE leva?

11

Governo traça nova rota para a agricultura nacional

12

Algodão: novo preço mínimo aquém das expectativas

13

Agricultura em Moçambique: plantar mais, taxar menos

15

Coco, Energia e Esperança: A nova matriz verde que nasce em Palma

20

Plástico fora de controlo: cerca de 150 toneladas terminam nos rios e mares

21

Mulher rural reivindica ser ouvida na agenda climática

22

Cafeicultores moçambicanos defendem protecção fiscal para fortalecer cadeia de valor

TOPICS

23

Agriculture and Climate at the Core of Mozambique's 2044 Development Strategy

24

Mozambique Charts New Course for Agricultural Development

25

Cotton Producers Squeezed as Support Withdrawn

26

Coconut, Energy and Hope: Palma's emergin sustainable matrix

27

Mozambique's Plastic Waste Crisis: Over 17,000 Tonnes Leak Into Rivers and Oceans Each Year

28

Rural Women Demand a Voice in Climate Policy Dialogue

29

Mozambique coffee growers call for tax measures to support local production



www.revistaterra.co.mz



redacao@revistaterra.co.mz



[@revistaterramz](https://twitter.com/revistaterramz)



[@revistaterra](https://facebook.com/revistaterra)

Nossos Serviços na Área de Construção

ROTUNDA

PLANT HIRE

Oferecemos uma vasta gama de serviços desde:

Venda e aluguer de equipamentos para obras de engenharia, como a construção de estradas;
Procurement e execução de obras.



Contacto

- | | |
|---|--|
| <p>+72 (82) 966 1652
+27 (83) 577 6398
sales@rotundaplanthire.co.za</p> | <p>Litchie Road, Vintonia,
Nelspruit, Mpumalanga RSA
http://www.rotundaplanthire.co.za</p> |
|---|--|

Ficha técnica

Propriedade

Terra Media Lda - Sociedade Unipessoal

Publicação:



Revista Terra

Rua da Resistência n.º
1642, 3º Andar, Porta M
Telef.: +258842399758,
+258847322282 e
+258821233910

Email: redacao@
revistaterra.co.mz

Registo sob n.º

122/GABINFO/
DEPC/210/2022

Editor

William F. Mapote

Redacção:

William Mapote
Julio Armindo F.
Guilherme FM
Bendito Nascimento

Colaboradores:

Nordino Gabriel (Cabo
Delgado)
Afonso Brandão (Irlanda)

Revisor Linguístico:

AR&Servicos SU

Maquetização:

Rui Baltazar
Samuel Maribate

Administração:

Narciso F. Mapote
administracao@revistaterra.
co.mz

Comercial:

Filimão A. Cumbane
comercial@revistaterra.
co.mz

Webdesign & Online:

Rui Baltazar

website: www.

revistaterra.co.mz

Twitter:

@revistaterramz

Editorial

Uma nova etapa da nossa caminhada

Abrimos, com esta edição, uma nova etapa na nossa jornada editorial, reafirmando o nosso compromisso com um jornalismo de engajamento dedicado à produção e à sustentabilidade.

Após dois anos de consolidação da Revista Terra nas plataformas digitais, e tendo alcançado uma audiência significativa no espaço lusófono, passamos agora a responder a um desafio que vem sendo lançado por comunidades não lusófonas – em particular, leitores de expressão inglesa interessados nos nossos conteúdos.

Assim, a partir desta edição, a Revista Terra passa a ser publicada em duas línguas: português e inglês. Esta decisão surge não apenas como resposta à crescente procura do público anglófono, mas também como parte da nossa missão de sermos, com integridade e dedicação, a voz do sector agro-ambiental em Moçambique. É também uma forma de materializarmos a nossa visão: levar ao mundo a realidade dos sectores agrícola e ambiental do país – como estamos, para onde vamos e o que queremos ser. Fazemo-lo retratando não só os desafios, mas, sobretudo, as histórias de

sucesso de homens e mulheres, organizações e instituições públicas e privadas que, com esforço e inovação, trabalham para tornar Moçambique mais resiliente e sustentável.

Esta é a primeira etapa de um novo ciclo, em direcção a um jornalismo ainda mais abrangente. Em breve, abraçaremos o audiovisual, com conteúdos que darão voz e rosto a quem trabalha a terra. Com o apoio de instituições, parceiros e pessoas de boa vontade que acreditam no nosso trabalho – na sua relevância e no impacto transformador que pode gerar – aspiramos também à materialização de uma Revista Terra impressa, que chegue fisicamente às mãos de quem, por razões várias, ainda não acede ao digital.

São etapas ambiciosas, sim, mas possíveis. E com a sua ajuda, caro leitor, podem estar a apenas um gesto de filantropia. Um gesto que nos permitirá superar as barreiras financeiras que ainda limitam o crescimento de um media independente e comprometido com o desenvolvimento do país.

Junte-se a nós nesta nova caminhada. Porque comunicar é semear. E semear é transformar.

A New Chapter in Our Journey

With this edition, we open a new chapter in our editorial journey, reaffirming our commitment to journalism that is engaged with production and sustainability.

Following two years of consolidating Revista Terra's presence on digital platforms and gaining significant reach across the Portuguese-speaking world, we are now responding to a growing challenge — one raised by non-Lusophone communities, in particular English-speaking readers who have shown increasing interest in our content.

As such, from this edition onwards, Revista Terra will be published in both Portuguese and English. This step is not only a response to the growing demand from English-speaking audiences, but also a reaffirmation of our mission to serve, with integrity and purpose, as the voice of the agro-environmental sector in Mozambique. It is a step towards realising our vision of sharing with the world the true picture of these two vital sectors in the

country — where we stand, where we are heading, and what we aspire to become. In doing so, we aim to highlight not only the challenges, but most importantly, the success stories of men and women, organisations, and public and private institutions working to make Mozambique more resilient and sustainable.

This marks the first stage of a new and broader communication path. Soon, we will embrace audiovisual formats, bringing forward voices and faces from those who work the land. With the support of institutions, partners, and well-meaning individuals who believe in the relevance of our work — and in its transformative impact — we aspire to make Revista Terra not only a digital platform but also a printed publication that reaches those for whom digital access is still limited.

These are ambitious goals, indeed — but they are within reach. And with your support, dear reader, they may be only a philanthropic gesture away. A gesture that will allow us to overcome the financial barriers that continue to affect the activity of independent media in our country.

Join us in this new journey. Because to communicate is to sow. And to sow is to transform.



William Mapote

E-mail: editor@revistaterra.co.mz

A close-up photograph of a hand holding a banana. The banana is bright yellow and curved, with its stem visible. The background is a soft, out-of-focus green, suggesting a natural setting. The lighting is bright, creating a high-contrast image.

Agricultura e Ambiente: Para Onde o ENDE leva?

Moçambique deu, em Abril deste ano, um passo raro na sua história recente de planificação: aprovou, por consenso parlamentar, um plano estratégico de longo prazo que procura articular as aspirações da sociedade com metas claras para o desenvolvimento sustentável. Trata-se da ENDE 2025–2044 — um marco simbólico, mas que ainda levanta questões sobre execução, compromisso e continuidade.

No dia 23 de Abril de 2024, a Assembleia da República aprovou, por consenso, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) 2025–2044, tornando-se o primeiro plano estratégico de longo prazo que resulta de um entendimento alargado entre os diferentes segmentos da sociedade moçambicana.

O documento propõe uma visão partilhada do desenvolvimento nacional: Moçambique como um país de renda média, com uma economia diversificada, ecossistemas resilientes e justiça social.

Contudo, o facto de ser um marco histórico não elimina o cepticismo: o país tem acumulado estratégias bem escritas mas mal executadas. A questão que se impõe é clara — será desta vez diferente?

Agricultura no centro da viragem

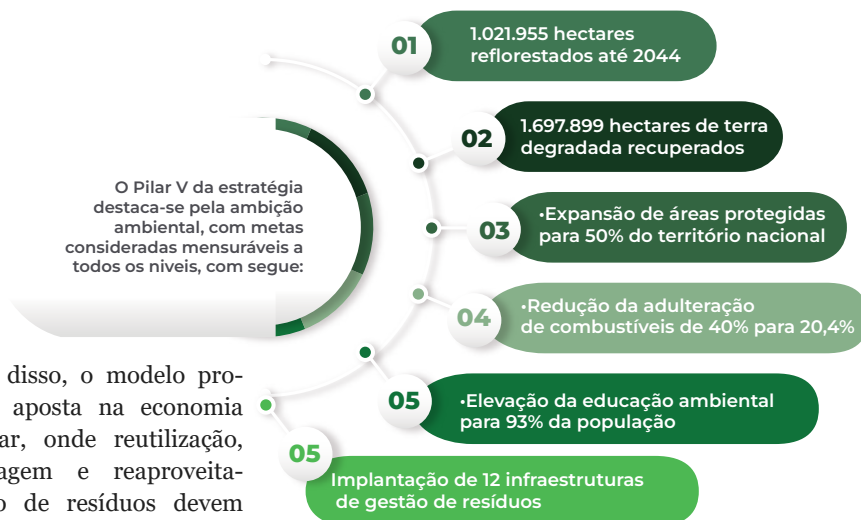
O sector agrícola, que emprega a maior parte da população, está no centro da transformação proposta.

A ENDE projecta um sector produtivo, sustentável e integrado em cadeias de valor, com investimentos em tecnologias, irrigação, capacitação e ligação ao mercado.

As principais projecções incluem o aumento da produtividade e diversificação da produção, a expansão de programas como SUSTENTA e ProIRN, com enfoque na inclusão de pequenos produtores, a modernização das infraestruturas rurais e promoção de serviços financeiros agrícolas e, a integração agro-industrial e incentivo ao empreendedorismo jovem no campo.

A ENDE projecta um sector produtivo, sustentável e integrado em cadeias de valor, com investimentos em tecnologias, irrigação, capacitação e ligação ao mercado.

Ambiente: da retórica à regeneração?



Além disso, o modelo proposto aposta na economia circular, onde reutilização, reciclagem e reaproveitamento de resíduos devem gerar valor económico e empregos verdes, especialmente para jovens e mulheres.

Financiamento: promessa verde com custo alto



ENDE estima que mais de 2,9 mil milhões de dólares serão necessários para viabilizar acções de adaptação às mudanças climáticas até 2044.

Os fundos devem ser mobilizados de fontes diversas nomeadamente:

- Orçamento do Estado, com maior eficiência na despesa pública;
- Fundos internacionais como FIDA e o Fundo Verde para o Clima;
- Parcerias público-privadas e financiamento comunitário;
- Iniciativa privada, em especial no

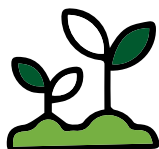
agro-negócio sustentável.

O desafio não é apenas mobilizar recursos — é garantir a sua gestão transparente, eficaz e alinhada com os objectivos de longo prazo.

A ENDE 2025–2044 representa mais do que um plano: representa um teste à maturidade institucional do país, à sua capacidade de executar políticas públicas com continuidade, diálogo e foco nos resultados.

LINHA DO TEMPO:

Hoje ao Horizonte 2044



2025

Início da implementação da ENDE.
Fortalecimento da gestão de áreas de conservação.
Arranque de novos projectos de reflorestamento e recuperação de solo



2030

Avaliação intermédia de metas ambientais e agrícolas.
Infraestruturas de gestão de resíduos implementadas em 4 províncias.
Programas de educação ambiental atingem 75% da população.
Crescimento expressivo de agroindústrias locais com base em cadeias de valor



2035

50% das terras agrícolas já utilizam práticas sustentáveis.
800.000 hectares reflorestados.
Modelo de economia circular consolidado nos centros urbanos.
Primeiras zonas verdes urbanas integradas em planos estruturantes.



2040

Expansão total da cobertura eléctrica no meio rural.
Integração da maioria dos pequenos produtores em mercados regionais.
Programas climáticos nacionais reconhecidos como modelo na SADC.
Redução da adulteração de combustíveis para menos de 25%.

2044

1.021.955 hectares reflorestados.
1.697.899 hectares de terra recuperada.
93% da população sensibilizada para práticas ambientais.
12 infraestruturas de gestão de resíduos em funcionamento.
Moçambique atinge 59,9 no Índice de Desempenho Ambiental.
Reconhecimento internacional como país de referência em resiliência climática e agricultura verde.



Soluções Sustentáveis

E agregamos
valor ao seu
NEGÓCIO

Somos uma Agência de Consultoria Moçambicana vocacionada para a prestação de serviços, comprometida com os padrões qualitativos internacionais, os nossos serviços visam demonstrar a satisfação das necessidades do cliente.



Nossos Serviços

- Contabilidade e auditoria
- Assessoria Empresarial
- Marketing Digital
- Estudo de Mercado e gestão de marcas
- Registo de empresas e representações
- Desenho e gestão de projectos
- Produção de Planos de Negócios

MISSÃO

Tornar-se um elemento-chave na prestação de serviços de contabilidade e auditoria, estudos de viabilidade económica, pesquisa de mercado, marketing digital, gestão de recursos humanos, desenho e gestão de projectos de investimento e desenho de planos de negócio e formação

Contacte-nos Já

E-mail: dadhuconsultores2013@gmail.com
Maputo – Moçambique

+258 846806154
+258 846073317

Governo traça nova rota para a agricultura nacional

O Governo vai romper com o modelo de intervenção que marcou os últimos anos no sector agrário, pondo fim à lógica de fornecimento estatal de insumos e apostando numa nova abordagem baseada na procura e liderada pelo sector privado.

Segundo a visão do novo ministro da Agricultura, Ambiente e Pescas (MAAP), Roberto Miro Albino, baseada nos resultados de um diagnóstico realizado nos primeiros 100 dias do seu mandato, o país regista uma “dispersão de recursos e desalinhamento estratégico” no sector agrícola, o que determina uma mudança de abordagem.

“Temos mais de 150 projectos com financiamento externo, com valores que vão desde 100 mil até 250 milhões de dólares, que embora façam coisas interessantes, estão extremamente desalinhados”, afirmou.

“O dinheiro não é o principal problema. Temos recursos, só que não estão alinhados com as prioridades nacionais”, acrescentou.

Perante este cenário, o Governo iniciou um processo de realinhamento dos projectos financiados por doadores, com vista a garantir que

estes respondam à nova agenda de desenvolvimento agrário.

Do fornecimento à facilitação

Roberto Albino frisa, na sua visão, que o Estado deixará de ser o principal fornecedor de bens agrícolas, como insumos e tractores, passando a facilitar o acesso dos produtores aos recursos disponíveis no mercado.

“Queremos mudar a forma como os recursos são usados. Em vez de o Estado continuar com o modelo supply driven – comprar coisas e distribuir – agora queremos projectos de desenvolvimento baseados na procura”, explicou, primeiro em entrevista à Televisão pública, TVM, e depois numa sessão parlamentar.

Na nova lógica, o sector privado passa a assumir protagonismo.

“É o sector privado que tem de nos dizer o que quer fazer, e nós apoiamos essas iniciativas, com base na procura”, frisou o ministro.

Uma das mudanças mais emblemáticas é o fim da aquisição estatal de insumos, que revela uma das principais rupturas com o executivo anterior, cuja bandeira era o projecto SUSTENTA..

“Não queremos nunca mais comprar insumos, porque o Estado não tem machamba. Quem tem machamba é que compra insumos para produzir. O papel do Governo é criar condições para que o produtor tenha acesso ao financiamento e aos mercados”, sublinhou.

O mesmo princípio aplica-se à mecanização agrícola onde, segundo o ministro, é preciso acabar com o paternalismo do Estado.

“Não somos nós que temos de comprar tractores e colocá-los à disposição dos produtores. Temos de garantir que existam recursos financeiros e condições de mercado para que os próprios produtores possam aceder aos equipamentos e fazer a sua mecanização”.

Crédito agrícola com juro zero

Uma das principais novidades projectadas aponta para o lançamento de linhas de financiamento agrícola com taxa de juro zero, como parte de uma estratégia para impulsionar a produção no país.

A medida deverá entrar em vigor a partir da próxima campanha agrícola (2025-2026) e foi anunciada na última sexta-feira (30), em Maputo, pelo ministro do pelouro, Roberto Miro Albino, durante a reunião que aprovou a nova tabela de comercialização do algodão.

Segundo apuramos, a implementação será feita em parceria com uma instituição bancária nacional, já identificada, e que se

encontra actualmente na fase final de definição.

Sem avançar com detalhes da iniciativa, o ministro assegurou que há, para já, financiamento para cerca de 30 mil produtores agrícolas, com prioridade para projectos de aquisição de maquinaria e outros insumos essenciais para o aumento da produtividade.

A nova campanha agrícola será marcada pelo lançamento do projecto “Alimentar Moçambique”, previsto para o início do terceiro trimestre deste ano, e que deverá funcionar como âncora para dinamizar o sector agrícola em várias regiões do país.

Algodão: novo preço mínimo aquém das expectativas

O Governo retirou, neste ano, o subsídio que vinha aplicando no preço do algodão caroço, levando à queda do preço mínimo ao produtor para a presente campanha agrícola.

A nova tabela, aprovada por consenso em sessão que juntou o Fórum Nacional dos Produtores de Algodão (FONPA) e a Associação Algodoeira de Moçambique (AAM) fixou o preço em 22 meticais por quilograma para o algodão de primeira qualidade e 15,5 meticais para a segunda qualidade, com uma taxa de descaroçamento estabelecida em 6,5 meticais.

Os novos valores representam uma redução de 8 meticais para o algodão de primeira qualidade e 7,5 meticais para a segunda, em comparação com a campanha anterior.

O aprovaram, por consenso, os novos preços mínimos de referência para a comercialização do algodão caroço na campanha agrícola 2024/2025.

“O preço não nos satisfaz, mas há que aceitar. Seguindo a fórmula normal de cálculo, o preço seria 21,6 meticais, mas houve um esforço até os níveis que se chegou”, declarou Bnissim Simoco, Presidente da FONPA. Do lado da AAM, o preço também não satisfaz as suas expectativas iniciais, mas, de acordo com o seu presidente, Francisco Ferreira dos Santos, “Foi o possível, dada a conjuntura internacional do mercado do algodão”.

Equação sem subsídios

Pela primeira vez em anos recentes, o preço do algodão não contará com subsídios governamentais.

Segundo o Ministro da Agricultura, Ambiente e Pescas,

Roberto Miro Albino, o Orçamento do Estado não “O importante é que houve um acordo possível, sem mortos nem feridos”, afirmou o ministro, destacando o consenso alcançado entre os principais intervenientes do sector.

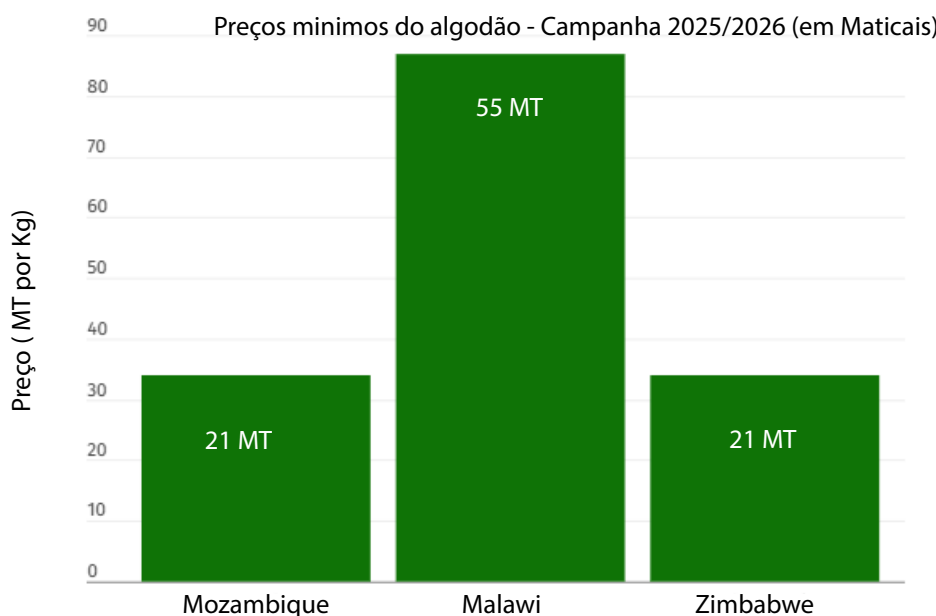
Contexto adverso

Além do corte no preço e dos subsídios, a presente campanha é marcada por fortes perdas de produção devido ao impacto do ciclone, com estimativas a indicarem uma quebra significativa — de 25 mil para apenas 21 mil toneladas.

Outro factor que contribui para a queda da produção nacional foi o abandono da empresa Plexus Moçambique Limitada, que operava na província de Cabo Delgado, que em 2022 decidiu encerrar as actividades, deixando um vazio ainda por preencher ao nível do fomento local.

Com os preços em queda e os riscos climáticos em alta, os produtores querem agora apostar na diversificação das culturas, apostando em alimentos como milho, feijão, gergelim ou mandioca, para garantir a segurança alimentar e estabilizar as fontes de rendimento.

Ao nível dos países vizinhos, apenas o Malawi, país que faz fronteira com as províncias de Tete, Zambézia e Niassa (um dos maiores produtores do país), é que pratica o preço mais elevado, que corresponde a quase o dobro do praticado em Moçambique.





Afonso Almeida Brandão
Colunista

Agricultura em Moçambique: plantar mais, taxar menos

E muito bonita a evolução da informática, o sucesso das *startups*, as inovações na indústria. Mas a Actividade rural, o campo, continua a ser vital para alimentar e gerar riqueza.

Os acordos Ucrânia-Rússia, em guerra, a título de exemplo, em torno da passagem da produção Agrícola em direcção aos portos, mostram que sua importância está acima da guerra. E mais, na agricultura estão algumas das soluções para os combustíveis, como o etanol e os biocombustíveis, já em uso em boa parte do Planeta.

A perda de importância política, por o eleitorado hoje ser mais urbano que rural, esconde um pouco a Agricultura do noticiário e das avaliações económicas. Sobreretudo na Comunicação Social Moçambicana. Mas o preço da alimentação actualmente é um custo político de todos os Governos (incluindo o nosso) e em todo Mundo. Pouco se sabe, entretanto, sobre as potências que abastecem o mundo de produtos essenciais, apesar do impacto da guerra mais relevante estar na questão do suprimento energético para a Europa.

Uma curiosidade é que a produção de grãos no mundo está muito concentrada nos BRICS — que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul como sabemos —, em que quatro dos cinco maiores produtores estão entre eles.

Os maiores nesse sector do Mundo são a China, 600 milhões de toneladas de grãos este ano, sendo que mais de 200 milhões de arroz; Brasil, com cerca de 280 milhões de to-

neladas; EUA, com 230; Rússia, 130 e Índia. A Ucrânia tem boa presença, mas deve colher este ano pouco menos de 80 milhões de toneladas. Só de arroz, China, Índia e Indonésia, Malásia, Vietnam e Tailândia concentram boa parte da produção. Países como o Brasil e Portugal consomem quase tudo o que produzem de arroz no mercado interno. As frutas é que estão distribuídas em todo Mundo actualmente, umas sazonais outras regionais.

O Brasil, com um agronegócio robusto, através da sua empresa de tecnologia agrícola — Embrapa —, uma boa iniciativa do período militar, vem tendo sucesso nas experiências de plantar trigo em áreas tropicais, sendo que, neste ano, deve satisfazer metade das necessidades do mercado e espera ser auto-suficiente em dez anos.

Com estes anos de guerras um pouco por todo lado, incluindo entre nós, em Cabo Delgado, outro sector em transformação é o dos Fármacos. Verificou-se a dependência, com produção concentrada na China, Índia, Coreia do Sul, e sobretudo em Moçambique, região com instabilidades e distante dos grandes centros consumidores. Os EUA já invertem a situação num programa fortemente apoiado com recursos públicos. E as vacinas aquando do COVID-19 constituíram a prova. E, claro, a dependência de chips de Taiwan, onde a tensão foi permanente, não se justificou mais, à época.

A observação que se impõe é a de que as Agriculturas de maior produtividade e receita no Mundo estão em países em que o Estado in-

tervem pouco (como é o exemplo de Moçambique), limitando-se a facilitar o empreendedor com acessos logísticos e impostos razoáveis.

Nos países de impostos altos e sem transporte de acesso aos mercados e a baixo custo o negócio torna-se inviável, o campo fica deserto e as cidades sobrecarregadas que é o que acontece com o nosso País, isto é, em Moçambique. No Brasil estão contratados mais de dez mil quilómetros de ferrovias pelo sector privado — caso não haja retrocesso político que afecte o ambiente para investir.

Os povos supostamente interessados e que precisam de estimular a criação de receita e emprego deveriam pensar duas vezes antes de votar como será o nosso caso.

Não parece ser hora para greves, diminuição de carga horária de trabalho, onerarão da folha de salários com mais impostos e taxas. Plantar mais, taxar menos — diremos nós numa palavra.

Nos países de impostos altos e sem transporte de acesso aos mercados e a baixo custo o negócio torna-se inviável



GALERIA

Distinctive Furniture for Luxe Living Spaces

Feito Com **Arte.** Definitivamente **Moderno.**

Oferecemos móveis de fabricantes europeus de produtos de luxo e design de qualidade superior para:

Sala de estar, Sala de jantar, quarto,
Decoração/Iluminação para interiores, Tudo de
coleções que variam do luxo, ultramoderno, ao
minimalista contemporâneo e a preços
competitivos

Contacto

+72 (82) 966 1652

+27 (83) 577 6398

sales@rotundaplantire.co.za

Litchie Road, Vintonia,
Nelspruit, Mpumalanga RSA

<http://www.rotundaplantire.co.za>



Coco, Energia e Esperança: **A nova matriz verde que nasce em Palma**

No coração de Cabo Delgado, uma parceria entre comunidades locais e o projecto Mozambique LNG está a transformar o coco – um fruto tradicional e resiliente – numa poderosa alavanca de desenvolvimento sustentável. Biodiesel limpo, segurança alimentar e novos empregos convergem num dos projectos mais inovadores do país.

Frederico Paiva, responsável pelos projectos de Agricultura e Biocombustível, explica, em entrevista à Revista Terra, como esta iniciativa está a enraizar um futuro promissor para milhares de famílias.



Frederico Paiva - Gestor do projecto

P: Como nasceu este projecto de fomento da produção do coco para o fabrico de biodiesel? Por que escolher o coco e não outra espécie oleaginosa?

R: Este projecto nasce do nosso compromisso em contribuir para o desenvolvimento sustentável e assenta em três grandes pilares. Por um lado, trata-se de produzir biodiesel a partir do coco para alimentar a logística do projecto Moçambique LNG – desde a frota de camiões aos navios e toda a maquinaria envolvida na operação de gás natural liquefeito da Área 1 da Bacia do Rovuma.

Por outro lado, é uma forma de proteger o ambiente, produzindo um combustível limpo e renovável, ao mesmo tempo que se cultivam milhares de coqueiros, uma cultura tradicional da região.

E, por fim – talvez o mais importante – é também uma oportunidade de melhorar o rendimento das famílias e garantir a sua segurança alimentar. É, portanto, uma solução que junta três pilares: energia sustentável, desenvolvimento económico e valorização da cultura local. A escolha do coco foi feita pelas próprias comunidades – é uma cultura tradicional em Palma, bem conhecida, perene, resistente, com elevada produção de óleo por hectare e múltiplos usos, desde a alimentação até à casca para cozinhar. Além disso, permite o consórcio com outras culturas alimentares, o que o torna ideal para conciliar energia com segurança alimentar.

P: Qual é a dimensão deste projeto? Quantas pessoas e recursos estão envolvidos?

R: Estamos a trabalhar com cerca de 3.000 agricultores locais, o que representa mais de 15 mil pessoas impactadas directamente. Está previsto o plantio de 400 mil coqueiros novos, com início em 120 mil mudas cultivadas no viveiro de Palma, numa área de quatro hectares. Só na campanha agrícola 2024/2025 plantámos cerca de 100 mil mudas, em parceria com os agricultores.

A meta é produzir 35 milhões de cocos por ano, o suficiente para gerar cinco milhões de litros de biodiesel anuais – o necessário para garantir o funcionamento estável da operação durante as próximas décadas.

P: Como estão a apoiar as famílias e comunidades locais para garantir o sucesso da produção?

R: Os agricultores recebem mudas de alta qualidade, adaptadas ao clima local e resistentes a doenças como o amarelecimento letal, que tem afectado fortemente coqueirais antigos, sobretudo na Zambézia. Esta nova variedade começa a frutificar em apenas dois anos e meio. Além das mudas, apoiamos a produção de alimentos com acesso a sementes e demais insumos, além de assistência técnica.

Oferecemos também formação técnica contínua, acompanhamento nas machambas e incentivos trimestrais para quem mantiver as plantas saudáveis. Este apoio estende-se por pelo menos cinco anos: da plantação até à consolidação da produção.

3000
agricultores
envolvidos

35 Milhões
Cocos previstos
por ano



Plantio de coqueiro numa das áreas do projecto

O biodiesel é muito menos poluente que o gasóleo tradicional. Reduz em 80% as emissões de gases com efeito de estufa e melhora a qualidade do ar. Mas há mais: ao fomentar o cultivo do coqueiro, estamos a reabilitar coqueirais antigos, revitalizar solos, regenerar áreas degradadas e evitar o uso de fertilizantes químicos

P: Existe risco de sacrificar a segurança alimentar em favor da energia?

R: Muito pelo contrário! O sistema é consorciado: os coqueiros são plantados em linha e, entre as filas,

cultiva-se mandioca, milho, feijão, amendoim, abóbora – culturas que as famílias já produzem.

Durante os primeiros três anos, até o coqueiro começar a produzir, as famílias colhem alimentos. Depois, a produção alimentar continua, mas já com uma nova fonte de rendimento

P: Que vantagens ambientais apresenta o biodiesel em relação ao combustível convencional?

R: O biodiesel é muito menos poluente que o gasóleo tradicional. Reduz em 80% as emissões de gases com efeito de estufa e melhora a qualidade do ar. Mas há mais: ao fomentar o cultivo do coqueiro, estamos a reabilitar coqueirais antigos, revitalizar solos, regenerar áreas degradadas e evitar o uso de fertilizantes químicos.

O coco é conhecido como a “planta da vida” – tudo nele é aproveitado: fruto, água, casca e biomassa. É uma solução integrada, que respeita o ambiente, as tradições locais e melhora as condições de vida.

P: Há sustentabilidade para além do apoio do Mozambique LNG?

R: Sim. A sustentabilidade está no

centro deste projecto. Estamos a criar uma cadeia de valor sólida, com responsabilidades bem distribuídas: o agricultor produz e vende o coco a um preço justo, certificado, o Mozambique LNG garante a compra e o apoio técnico, e o ambiente beneficia da plantação de centenas de milhares de árvores.

Embora o mercado esteja assegurado durante as próximas décadas, o modelo está a ser desenhado para se manter mesmo após o término do projecto de gás. Trata-se de uma parceria estratégica entre o sector privado, as autoridades locais e as comunidades. Diria que é uma parceria *win-win* – todos ganham.

P: E olhando para o futuro, o que se pode esperar deste projecto em Cabo Delgado?

R: Esperamos consolidar e expandir esta cadeia produtiva. Já tivemos a primeira colheita de alimentos com bons resultados e, dentro de dois a três anos, teremos a primeira produção de coco para biodiesel.

O impacto vai além da produção de combustível: com este projecto de fomento do coco, estamos a contribuir para gerar trabalho e renda, conhecimento e equilíbrio ambiental. É um projecto transformador.

DO COCO AO BIODIESEL



O projecto promove o cultivo do coqueiro de forma integrada assegurando a continuidade e complementaridade com outras culturas agrícolas

Elevando Sua **Marca** no **Universo** **Digital**

Em um mundo cada vez mais digital, a presença online é fundamental para o sucesso de qualquer negócio. Na **Terra Media**, somos especialistas em impulsionar a sua marca e mensagem no vasto cenário digital

NOSSOS SERVIÇOS



criação e gestão de websites

Criação de um design visual atraente e responsivo.
Desenvolvimento de protótipos.
Escolha de cores, tipografia e elementos de design.
Garantia de usabilidade e acessibilidade.



organização de eventos

Palestras, Workshop,
Seminários, Conferências,
Mesas Redondas.



produção de revistas corporativas

Produção Profissional, conteúdo persuasivo,
design atraente, versatilidade de formato
e Qualidade.



concepção e produção de conteúdos informativos

Documentários,
Reportagens e
Vídeos Institucionais.

contacte-nos



comercial@revistaterra.co.mz
redacao@revistaterra.co.mz



+258842399758
+258821233910



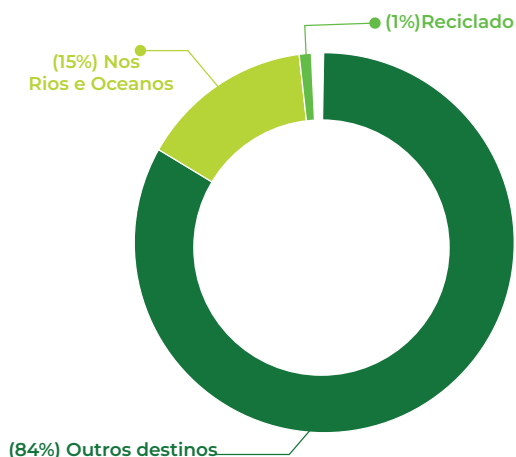
Plástico fora de controlo: cerca de 150 toneladas terminam nos rios e mares

Moçambique continua a registar níveis alarmantes de poluição ambiental causada por resíduos plásticos, resultado do elevado volume de descarte e da baixa taxa de reciclagem.

Mais preocupante ainda é o facto de que aproximadamente 17 mil toneladas acabam, todos os anos, em rios e oceanos, comprometendo

ecossistemas aquáticos e ameaçando a biodiversidade marinha e costeira em todo o território nacional.

Destino dos Resíduos plásticos em Moçambique (2025)



O Governo reconhece a gravidade da situação, cuja face mais visível é o descarte inadequado de resíduos, e reiterou, o compromisso de reverter essa tendência.

Durante as celebrações oficiais do Dia Mundial do Ambiente (5 de Junho), o Secretário de Estado do Mar e Pescas, Momade Juízo, manifestou confiança nas acções em curso para mitigar o problema, com destaque para a promoção da economia circular.

“Estamos a estimular o engajamento da sociedade civil na reciclagem do plástico, visando a produção de diversos objectos de valor, que não só geram rendimento como também contribuem para a preservação ambiental”, afirmou o Secretário.

Juízo destacou ainda o Programa Valore, que aposta numa gestão sustentável de resíduos, com a construção de infra-estruturas modernas — incluindo aterros sanitários adaptados à reciclagem de plásticos — e uma abordagem de economia circular, com o envolvimento de organizações da sociedade civil e de parceiros nacionais e internacionais.

Refira-se que, desde o ano passado, Moçambique conta com a Taxa Ambiental sobre Embalagens (TAE), que atribui responsabilidade directa a produtores e importadores pelo impacto ambiental das embalagens, sendo considerada uma medida estruturante no combate à crise do plástico.

Mulher rural reivindica ser ouvida na agenda climática



Vários segmentos da sociedade, nomeadamente representantes do Governo, da sociedade civil, da academia e mulheres rurais — participaram no início de Junho, em Maputo, num Diálogo de Género e Mudanças Climáticas organizado pelo Comité Ecuménico para o Desenvolvimento Social (CEDES), no âmbito das suas actividades em prol da acção climática.

Durante o encontro foram partilhadas visões e perspectivas sobre a acção climática a nível nacional. Representantes de mulheres rurais provenientes de distritos como Manhiça e Moamba, na província de Maputo, relataram as experiências e impactos que as alterações climáticas têm causado nas suas vidas.

“As nossas machambas não produziram nada este ano, por causa da seca. Até a mandioca e a batata-doce secaram. Muitas de nós estamos a virar catadoras de objectos para reciclagem, em vez de fazermos agricultura”, disse uma das participantes.

Além dos impactos, uma das principais preocupações levantadas pelas representantes foi a exclusão das mulheres rurais nos processos de consulta sobre acção climática.

“As consultas não abrangem a mulher rural. Nós não damos opinião porque não somos ouvidas”, lamentou outra camponesa.

O presidente do CEDES, reverendo Rodrigues

Dambo, destacou que a série de eventos tem como objectivo “ouvir o que as mulheres dizem” e que as contribuições recolhidas irão reforçar a sensibilidade das igrejas nas abordagens sobre género e clima.

“Sabemos que, neste momento, o Governo está a elaborar um Plano de Acção Climática, e as contribuições destes encontros serão submetidas a esse fórum para consideração. Ao mesmo tempo, vão influenciar o discurso das igrejas sobre as mudanças climáticas”, explicou.

Lacunas reconhecidas

A chefe do Departamento de Sistematização de Informação Climática na Direcção Nacional do Ambiente e Mudanças Climáticas, dra. Rosália Pedro, reconheceu que, embora haja avanços, persistem lacunas na inclusão efectiva das mulheres nas políticas climáticas.

“Reconheço que a mulher tem sido deixada à margem em alguns aspectos. No entanto, enquanto sector, temos procurado integrá-la nos processos de elaboração de políticas, como é o caso da actual revisão da Lei de Terras. Estamos também a actualizar a nossa Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC 3.0) e temos feito esforços para garantir que a mulher participe nas consultas e traga o seu saber para identificar acções que possam ser integradas”, afirmou Rosália Pedro.



Cafeicultores moçambicanos defendem protecção fiscal para fortalecer cadeia de valor

A Associação Moçambicana de Cafeicultores (AMOCAFE) defende a introdução de medidas fiscais que valorizem a produção nacional e protejam os investimentos feitos no sector produtivo face à concorrência do café importado. A ideia foi apresentada por Jenaro Lopez, presidente da AMOCAFE, à margem da Feira do Café que teve lugar recentemente em Maputo. A ideia visa introduzir mecanismos fiscais que favoreçam o café nacional no mercado interno, tornando-o mais competitivo.

“Achamos que precisamos avançar para uma regulamentação que faça com que o importador pague mais, em termos de impostos, para poder entrar em Moçambique. Isso ajudaria a proteger o café nacional e a fomentar a cadeia de valor desta cultura no país”, afirmou Lopez, citando o exemplo de outros sectores que registaram crescimento após a introdução de políticas de protecção. Apesar do crescimento progressivo da produção, o café moçambicano continua com presença limitada nas prateleiras dos supermercados, num mercado amplamente dominado por marcas importadas.

“Precisamos promover o hábito de consumo de café entre os moçambicanos e incentivar os grandes supermercados a colocarem o produto nacional nas prateleiras. O consumo interno ainda é muito reduzido”, lamentou o presidente da AMOCAFE.

Produção em alta, consumo em baixa

Segundo a associação, a colheita deste

ano deverá render entre 80 e 90 toneladas de café, o que representa um crescimento superior a 50% em comparação com a época anterior.

Actualmente, Moçambique conta com 300 hectares de café em produção activa e outros 1.000 hectares em fase de plantio. A expectativa é que, dentro de cinco anos, a área produtiva ultrapasse os 5.000 hectares.

A cultura do café sustenta cerca de 2.200 famílias, sobretudo nas regiões Centro e Norte do país, assumindo importância crescente como fonte de rendimento e desenvolvimento rural.

Os produtores alertam, contudo, que o crescimento sustentável do sector depende de um compromisso firme por parte das autoridades em garantir um ambiente de mercado justo e competitivo para o café nacional.

“Precisamos promover o hábito de consumo de café entre os moçambicanos e incentivar os grandes supermercados a colocarem o produto nacional nas prateleiras. O consumo interno ainda é muito reduzido”

Gigante saudita SALIC negocia aquisição da Olam Agri

A Autoridade Reguladora da Concorrência (ARC) está a analisar uma notificação de operação de concentração que prevê o controlo exclusivo da Olam Agri Holdings Limited pela Saudi Agricultural and Livestock Investment Company (SALIC), informou hoje a entidade reguladora.

A operação, notificada a 14 de Maio e com efeitos a partir de 20 de Maio, envolve a aquisição, por parte da SALIC, de uma participação entre 44,48% e 64,57% no capital social da Olam Agri, numa transacção que dará à empresa saudita o controlo exclusivo da multinacional com sede em Singapura.

A SALIC é uma sociedade anónima do Reino da Arábia Saudita, com investimentos no sector agroalimentar a nível global, incluindo Moçambique, onde detém actualmente uma participação minoritária de controlo conjunto na Olam Agri.

Por sua vez, a Olam Agri opera em toda a cadeia de valor agrícola e está presente em Moçambique através das subsidiárias Olam Moçambique, Limitada, e Fasorel S.A.R.L.



Whether it's
agriculture
or the **environment**

we are your trusted
communication partner

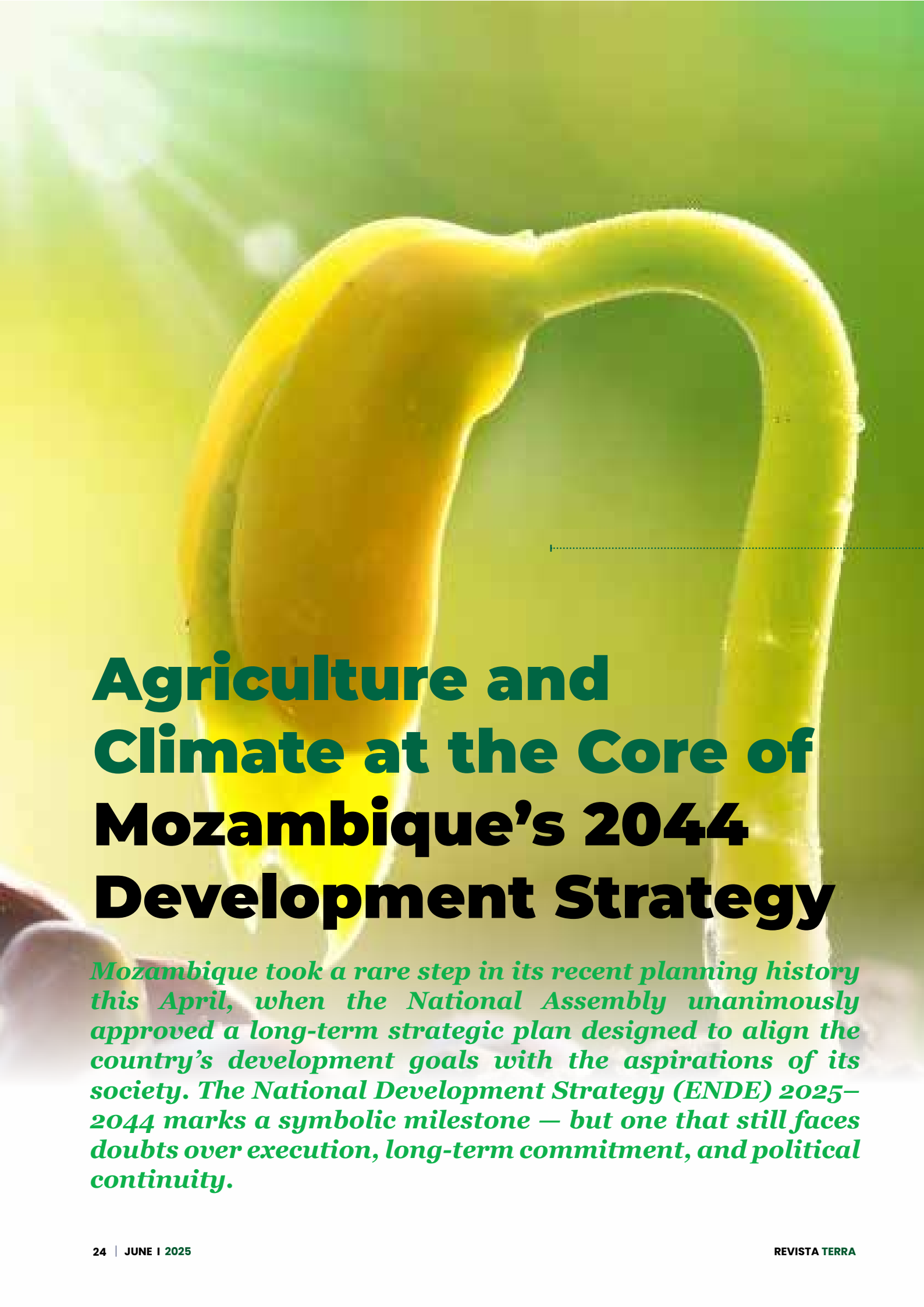
Contact US:

comercial@revistaterra.co.mz

www.revistaterra.co.mz

+258 863233900



A close-up photograph of a hand holding a ripe yellow banana. The banana is curved, and its bright yellow color contrasts sharply with the blurred green background of foliage. The lighting is soft, highlighting the texture of the banana's skin.

Agriculture and Climate at the Core of Mozambique's 2044 Development Strategy

Mozambique took a rare step in its recent planning history this April, when the National Assembly unanimously approved a long-term strategic plan designed to align the country's development goals with the aspirations of its society. The National Development Strategy (ENDE) 2025–2044 marks a symbolic milestone — but one that still faces doubts over execution, long-term commitment, and political continuity.

Approved on 23 April 2024, ENDE 2025–2044 is the first long-term planning document in Mozambique developed through broad consensus among political parties and social sectors. It lays out a shared national vision of transformation: a middle-income country, with a diversified economy, resilient ecosystems, and social justice at its core. Yet, despite its historical relevance, skepticism remains. Mozambique has seen well-crafted strategies fail at the implementation stage. The question now is: will this time be different?

Agriculture at the heart of the shift

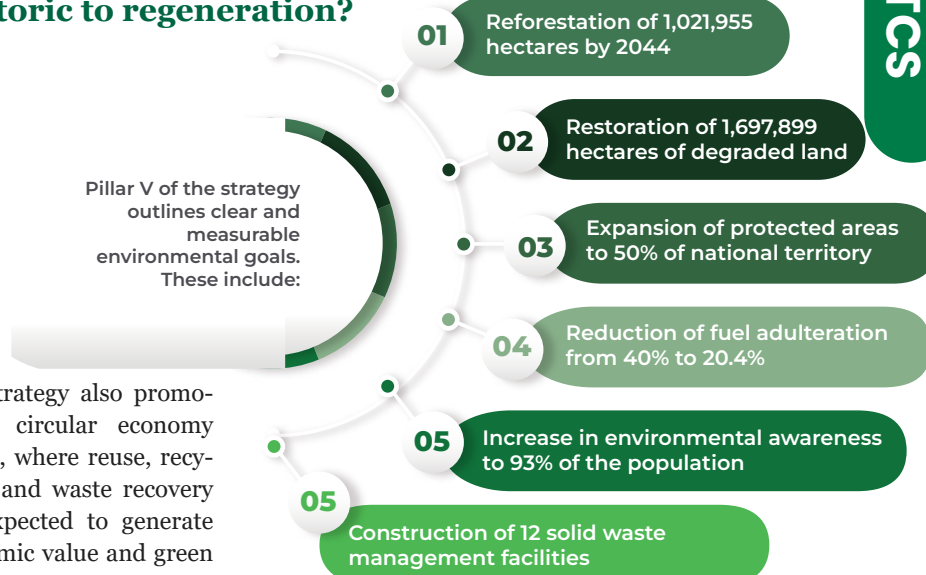
Agriculture, which employs the majority of the population, is at the centre of the proposed transformation. The strategy outlines plans for a productive and sustainable agricultural sector integrated into commercial value chains, supported by investments in technology, irrigation, training, and market access.

Key projections include:

- Increased productivity and crop diversification
- Expansion of initiatives such as SUSTENTA and ProIRN, with a focus on smallholder inclusion
- Modernisation of rural infrastructure and access to agricultural finance
- Agro-industrial integration and support for youth entrepreneurship in rural areas

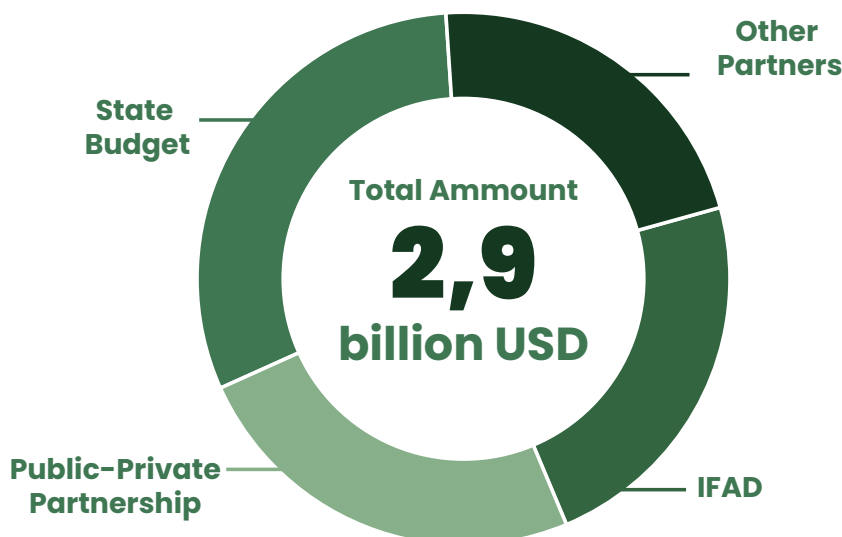
It lays out a shared national vision of transformation: a middle-income country, with a diversified economy, resilient ecosystems, and social justice at its core.

Environment: from rhetoric to regeneration?



The strategy also promotes a circular economy model, where reuse, recycling, and waste recovery are expected to generate economic value and green jobs — particularly for women and youth.

Financing a green ambition



The ENDE estimates that more than US\$2.9 billion will be needed to implement climate adaptation and environmental actions by 2044. The strategy anticipates funding from a mix of sources:

- National budget, through improved public expenditure efficiency
- International funds, including IFAD and the Green Climate Fund
- Public-private partnerships and community-level financing
- Private sector investment, especially in sustainable agribusiness

However, the real challenge lies not just in mobilising funds, but in managing them effectively, transparently, and in

line with long-term goals.

A test of institutional maturity

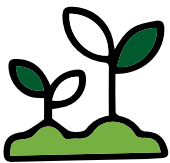
The ENDE 2025–2044 represents more than a development roadmap — it is a test of Mozambique's institutional capacity to implement policy with continuity, accountability, and results-oriented governance.

It is, undeniably, a landmark initiative. But it will require sustained follow-through, intergenerational commitment and political resolve. If successful, Mozambique could be laying the foundations for a greener, more inclusive future. If not, it risks becoming yet another plan that withers before it grows.

TIMELINE:

From Today

to the 2044 Horizon:



2025

Start of ENDE implementation
Strengthening of conservation area management
Launch of new reforestation and soil restoration projects



2030

Mid-term review of environmental and agricultural targets
Waste management infrastructure established in four provinces
Environmental education programmes reach 75% of the population
Significant growth of local agro-industries integrated into value chains



2035

50% of agricultural land using sustainable practices
800,000 hectares reforested
Circular economy model consolidated in urban centres
First urban green zones integrated into city master plans



2040

Full electrification of rural areas
Most smallholders integrated into regional markets
National climate programmes recognised as a model within SADC
Fuel adulteration reduced to below 25%

2044

1,021,955 hectares reforested
1,697,899 hectares of land restored
93% of the population reached by environmental awareness campaigns
12 waste management facilities in operation
Mozambique scores 59.9 on the Environmental Performance Index
International recognition as a reference country in climate resilience and green agriculture

Mozambique Charts New Course for Agricultural Development

The Government of Mozambique is set to break with the interventionist model that has guided its agricultural sector in recent years, shifting away from state-led distribution of inputs and embracing a new, market-driven approach led by the private sector.

According to Roberto Miro Albino, the new Minister of Agriculture, Environment and Fisheries, the shift is informed by findings from a 100-day sector review, which revealed a “scattering of resources and strategic misalignment” across the agricultural landscape.

“We have over 150 externally funded projects, ranging from \$100,000 to \$250 million. Many of them are doing interesting things, but they’re extremely misaligned,” the minister stated. “Money is not the main issue. We do have resources, but they’re not aligned with national priorities.”

In response, the government has begun a process of realigning donor-funded projects to ensure they respond to a unified national agenda for agricultural development.

From Supplier to Facilitator

A key tenet of the new policy is the transformation of the government’s role—from that of a primary supplier of agricultural goods such as seeds, fertilizers, and tractors, to that of a facilitator, enabling producers to access these resources through the market.

“We want to change the way resources are used,” Albino said, first in an interview with state broadcaster TVM, and later during a parliamentary session.

“Instead of the government continuing with a supply-driven model—buying and distributing—we now want development projects that are demand-led.”

In this new model, the private sector is expected to play a leading role. “It’s up to the private sector to tell us what they want to do, and we

support those initiatives based on demand,” he emphasized.

One of the most emblematic changes is the end of government procurement of agricultural inputs—a clear break from the previous administration’s flagship SUSTENTA program.

“We never want to buy inputs again, because the government doesn’t farm. Those who farm should buy inputs to produce. The role of the government is to create the conditions for farmers to access financing and markets,” Albino stated.

The same principle applies to agricultural mechanization. “It’s not our job to buy tractors and hand them to producers. We must ensure that financial resources and market conditions exist for farmers to access equipment themselves and invest in mechanization,” he said.

Zero-Interest Agricultural Credit

One of the key new measures proposed is the introduction of zero-interest agricultural credit lines, as part of a broader strategy to boost national food production.

The measure is expected to take effect in the upcoming agricultural season (2025–2026) and was announced last Friday (30 May) in Maputo by Agriculture Minister Roberto Miro Albino during a meeting that also approved the new cotton pricing table.

According to sources, the implementation will be carried out in partnership with a national financial institution, which has already been identified, and the initiative is currently in its final planning

phase.

While the minister did not disclose full details, he confirmed that funding is already secured for approximately 30,000 farmers. The initial focus will be on projects related to the acquisition of agricultural machinery and other essential inputs to boost productivity.

The upcoming agricultural campaign will also mark the launch of the “Feeding Mozambique” initiative, scheduled to begin in the third quarter of this year. The project is expected to serve as an anchor to revitalise the agricultural sector across several regions of the country.

Cotton Producers Squeezed as Support Withdrawn

Removal of subsidies and market downturn leave Mozambican farmers facing shrinking margins

Mozambique's government has announced new minimum reference prices for seed cotton in the 2024/2025 agricultural season, following a consensus reached between the National Cotton Producers Forum (FONPA) and the Mozambican Cotton Association (AAM). For the first time in several years, these prices exclude state subsidies, prompting concerns among producers already grappling with falling international prices and climate-related losses.

Under the new framework, the minimum price for first-grade seed cotton has been set at 22 meticaïs per kilogram, while second-grade cotton will fetch 15.5 meticaïs. The ginning fee has been fixed at 6.5 meticaïs. These figures mark a reduction of 8 and 7.5 meticaïs respectively compared to the previous season.

"The price does not satisfy us, but it must be accepted," said Bnisson Simoco, president of FONPA. "According to the standard pricing formula, the rate would have stood at 21.6 meticaïs. There was an effort to reach the levels we have now."

AAM president Francisco Ferreira dos Santos echoed the sentiment, calling the figures "disappointing but necessary," given the current conditions in the global cotton market.

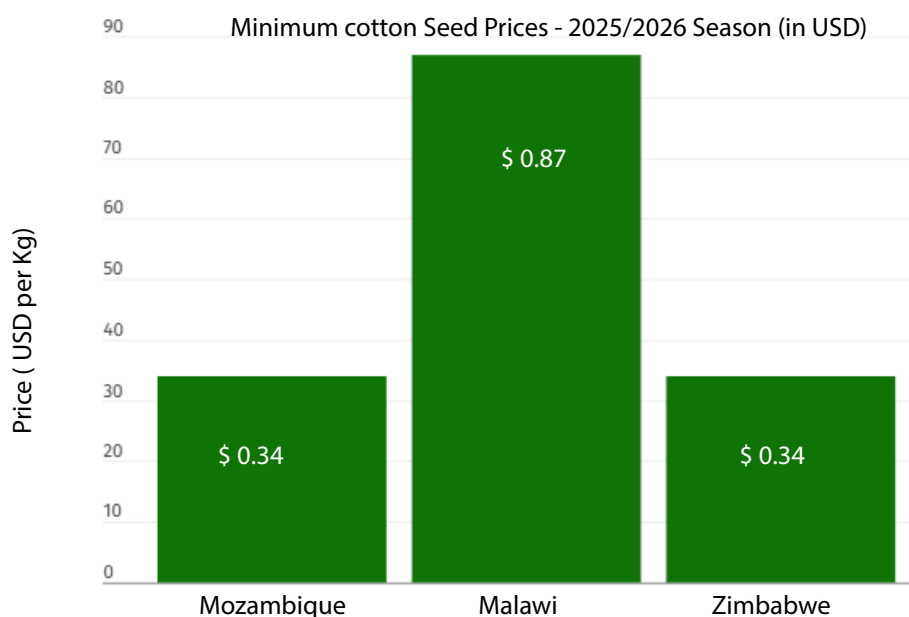
The removal of subsidies, long used to stabili-

se producer incomes, comes amid broader fiscal constraints. Minister of Agriculture, Environment and Fisheries, Roberto Miro Albino, confirmed that the State Budget for 2024/2025 provides no direct financial support for cotton pricing. "The important thing is that an agreement was reached — with no casualties," the minister said, referring to the difficult negotiations.

This year's campaign faces additional headwinds, including severe weather impacts. Cyclone-related damage has reduced national production estimates from 25,000 to 21,000 tonnes. Compounding the situation, the departure of Plexus Mozambique Ltd from Cabo Delgado in 2022 has left a gap in local cotton extension services that remains unfilled.

In response, many producers are beginning to shift towards food crops such as maize, beans, sesame, and cassava in an effort to maintain food security and diversify income streams.

Neighbouring Malawi, which borders key cotton-producing provinces including Tete, Zambézia and Niassa, continues to offer nearly double the price per kilogram, highlighting growing regional disparities and putting additional pressure on Mozambique's rural economy.



Coconut, Energy and Hope:

Palma's Sustainable Emerging Matrix

In the heart of Cabo Delgado, a partnership between local communities and the Mozambique LNG project is transforming coconut – a traditional and resilient crop – into a powerful driver of sustainable development. Clean biodiesel, food security and new jobs are converging in one of the country's most innovative initiatives

In an interview with “Revista Terra”, Frederico Paiva, Head of Agriculture and Bio-fuel Projects, explains how this initiative is laying the foundation for a promising future for thousands of families.

Q: How did the project to promote coconut production for biodiesel come about? Why choose coconut over other oil-seed crops?

A: This project stems from our commitment to contribute to sustainable development and is built on three key pillars. On one hand, it involves producing biodiesel from coconut to support the logistics of the Mozambique LNG project – powering everything from truck fleets and vessels to the full range of machinery involved in the liquefied natural gas operation in Area 1 of the Rovuma Basin.

On the other hand, it's a way to protect the environment by producing clean and renewable fuel, while cultivating thousands of coconut trees – a traditional crop in the region.

And finally – perhaps most importantly – it is also an opportunity to improve household incomes and ensure food security. It's therefore a solution that combines three pillars: sustainable energy, economic development, and the promotion of local cultural heritage.

The choice of coconut was made by the communities themselves – it is a traditional crop in Palma, well known, perennial, resilient, and with a high oil yield per hectare. It has multiple uses, from food to husk-based fuel. In addition, it allows intercropping with other food crops, making it ideal for combining energy production with food security.



Frederico Paiva - Project Manager

Q: What is the scale of this project? How many people and resources are involved?

A: We are currently working with around 3,000 local farmers, which translates into over 15,000 people directly impacted. The plan is to plant 400,000 new coconut trees, beginning with 120,000 seedlings cultivated at the Palma nursery, covering four hectares. During the 2024/2025 agricultural season alone, we planted about 100,000 seedlings in partnership with farmers.

The goal is to produce 35 million coconuts annually – enough to generate 5 million litres of biodiesel per year, which is required to ensure the long-term stability of the operation.

Q: How are you supporting families and communities to ensure production success?

A: Farmers receive high-quality seedlings, adapted to the local climate and resistant to diseases such as lethal yellowing, which has significantly affected older plantations, particularly in Zambézia. This new variety begins fruiting in just two and a half years.

We also provide ongoing technical training, regular field support, and quarterly incentives for those maintaining healthy trees. This support continues for at least five years – from planting to full-scale production.

3000
Involved
farmers

35
Millions
of coconuts expected
per year



Planting coconut palm in the area

Biodiesel is far less polluting than traditional diesel. It reduces greenhouse gas emissions by 80% and improves air quality. But there's more: by encouraging the cultivation of coconut palms, we are rehabilitating old plantations, revitalising soil, regenerating degraded areas, and avoiding the use of chemical fertilisers.

Q: Is there a risk that energy production will come at the expense of food security?

A: Quite the opposite! The system is intercropped: coconut palms are planted in rows, and in the spaces between, families grow cassava, maize, beans, groundnuts and pumpkins – crops they are already familiar with.

During the first three years, before the coconut palms begin bearing fruit, families harvest food crops. After that, food production continues, but with an added source of income.

Q: What environmental advantages does biodiesel offer compared to conventional fuel?

A: Biodiesel is far less polluting than traditional diesel. It reduces greenhouse gas emissions by 80% and improves air quality. But there's more: by encouraging the cultivation of coconut palms, we are rehabilitating old plantations, revitalising soil, regenerating degraded areas, and avoiding the use of chemical fertilisers.

The coconut is known as the “tree of life” – every part is used: the fruit, water, husk, and biomass. It is an integrated solution that respects the environment, preserves local traditions, and improves living conditions.

Q: Is the project sustainable beyond the support of Mozambique LNG?

A: Yes. Sustainability is at the heart of this project. We are creating a robust value chain with clearly defined responsibilities: farmers grow and sell the coconuts at a fair price, Mozambique LNG guarantees the purchase and technical support, and the environment benefits from the planting of thousands of trees.

While the market is secured for the coming decades, the model is designed to remain viable even after the gas project comes to an end. It is a strategic partnership between the private sector, local authorities and communities. I would call it a win-win partnership – everyone benefits.

Q: Looking to the future, what can we expect from this project in Cabo Delgado?

A: We aim to consolidate and expand this value chain. We've already seen successful food crop harvests, and within two to three years, we expect the first coconut harvests for biodiesel production.

The impact goes beyond fuel: it creates jobs, income, knowledge and environmental balance. It is a transformative project.

From Coconuts to Biodiesel



Coconut seed



Seedling



Coconuts



Coconut oil
extraction



Biodiesel
production



the project promotes the cultivation of coconut palms in an integrated manner, ensuring continuity and complementarity with other agricultural crops



Mozambique's Plastic Waste Crisis: Over 17,000 Tonnes Flow Into Rivers and Oceans Each Year

Mozambique is grappling with a mounting plastic pollution crisis, with official data showing that more than 17,000 tonnes of plastic waste end up in rivers and oceans annually, posing serious threats to marine ecosystems and coastal communities.

The country generates an estimated 116,000 tonnes of plastic per year, but recycles only 1% — around 1,147 tonnes — highlighting the urgent need to scale up its nascent recycling sector. The vast majority of discarded plastic either piles up

in landfills or seeps into waterways due to inadequate waste management and low public awareness.

Government officials have acknowledged the scale of the problem. During World Environment Day celebrations on 5 June, Secretary

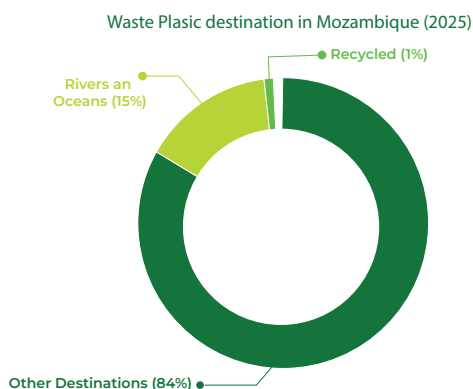
of State for the Sea and Fisheries, Momade Juízo, reiterated Mozambique's commitment to reversing the trend, pointing to ongoing investments in circular economy initiatives.

"We are encouraging civil society to engage in plastic recycling, supporting the production of valuable goods that generate income while also helping preserve the environment," Juízo said.

A key part of this effort is the Valore Programme, a government-led initiative focused on sustainable waste management. The program includes the development of modern infrastructure such as sanitary landfills adapted for plastic recycling, and it seeks to foster cooperation between local communities, NGOs, and international partners.

Mozambique also recently introduced an Environmental Packaging Tax (TAE), which places the financial responsibility for plastic waste on producers and importers. This extended producer responsibility policy is considered a structural step towards reducing plastic pollution at the source.

Still, with only 10 out of every 1,000 tonnes of plastic currently being recycled, Mozambique faces an uphill battle. Civil society organisations and environmental advocates are calling for stronger regulation, greater investment, and behavioural change to protect the country's fragile ecosystems from



Rural Women Demand a Voice in Climate Policy Dialogue



Representatives from government, academia, civil society and rural women gathered in Maputo on Tuesday, June 3, for a Gender and Climate Change Dialogue organized by the Ecumenical Committee for Social Development (CEDES), as part of its ongoing climate action initiatives.

The event provided a platform for diverse voices to share experiences and perspectives on national climate action efforts. Rural women from districts such as Manhica and Moamba, in Maputo Province, spoke candidly about how climate change is affecting their lives and livelihoods.

“Our fields yielded nothing this year because of the drought. Even cassava and sweet potatoes dried up. Many of us are now collecting recyclables instead of farming,” said one participant.

Beyond the visible impacts, a key concern raised was the exclusion of rural women from climate consul-

tation processes.

“These consultations don’t include rural women. We don’t get to share our opinions because we are not heard,” lamented another farmer.

Reverend Rodrigues Dambo, president of CEDES, stressed that the purpose of the event series is “to listen to what women have to say,” and that their contributions will help shape church responses to gender and climate issues.

“We are aware that the Government is currently drafting a Climate Action Plan, and the inputs from these dialogues will be submitted to that forum for consideration. They will also help shape the churches’ climate discourse,” he explained.

Institutional Gaps Acknowledged

Dr. Rosália Pedro, Head of the Climate Information Systematization Department at the National Directorate for Environment and Climate Change, acknowledged that although progress has been made,

significant gaps remain in integrating women into climate policy.

“I recognize that women have been left out in some areas. However, as a sector, we are working to involve them in policymaking processes, such as the current revision of the Land Law,” Pedro said.

She added that the government is also updating its Nationally Determined Contribution (NDC 3.0) and making efforts to ensure women’s participation in consultations, enabling them to contribute their knowledge and propose locally grounded solutions.

“These consultations don’t include rural women. We don’t get to share our opinions because we are not heard”



Mozambique Coffee Growers Hall For Tax Measures to Support Local Production

Coffee producers in Mozambique are urging authorities to consider fiscal policies aimed at supporting local production and encouraging domestic consumption, as imported coffee continues to dominate supermarket shelves.

The proposal, still under discussion, was put forward by Jenaro Lopez, president of the Mozambican Coffee Growers Association (AMOCAFE), on the sidelines of the Coffee Fair currently taking place in Maputo.

"We believe it is time to move towards a policy that requires importers to pay more in taxes. This would help protect our national product and strengthen the value chain," Lopez said, citing similar strategies adopted in other agricultural sectors.

Despite a gradual increase in production, most locally grown coffee is not sold on the domestic market. According to Lopez, local consumption remains low and more needs to be done to ensure that Mozambican coffee is available on major retail platforms.

"We need to make Mozambicans drink coffee. We must work with supermarkets to get local brands onto their shelves," he said.

Production rising, but market

share remains limited

Mozambique is currently in its coffee harvesting season, with production for this cycle expected to reach 80 to 90 tonnes – a more than 50% increase compared to last year, according to AMOCAFE estimates.

The country has around 300 hectares of coffee in production and an additional 1,000 hectares under planting. Over the next five years, growers expect to expand production to cover roughly 5,000 hectares, representing a significant increase in national output.

An estimated 2,200 farming families, mainly in central and northern regions of the country, are involved in the coffee sector, which is considered to have strong growth potential if given the right market conditions.

We need to make Mozambicans drink coffee. We must work with supermarkets to get local brands onto their shelves,

Saudi Agribusiness Giant SALIC in Talks to Acquire Olam Agri

Mozambique's Competition Regulatory Authority (ARC) has confirmed it is reviewing a proposed merger that would grant the Saudi Agricultural and Livestock Investment Company (SALIC) exclusive control over Olam Agri Holdings Limited.

The deal, notified on May 14 and effective from May 20, involves SALIC acquiring a stake of between 44.48% and 64.57% in the share capital of Olam Agri. The transaction would give the Saudi firm full control over the Singapore-headquartered multinational.

SALIC, a joint-stock company owned by the Kingdom of Saudi Arabia, has global investments in the agribusiness sector, including in Mozambique, where it currently holds a minority stake with joint control in Olam Agri.

Olam Agri, which operates across the entire agricultural value chain, maintains a presence in Mozambique through its subsidiaries Olam Moçambique, Limitada, and Fasorel S.A.R.L.



Revista Terra

Rua da Resistência n.º 1642, 3º Andar, Porta M
Telef.: +258842399758 e +258821233910

Email: redacao@revistaterra.co.mz